

**HABEAS CORPUS Nº 515.458 - TO (2019/0168213-2)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE : MARIA DE LOURDES VILELA**  
**ADVOGADO : MARIA DE LOURDES VILELA - TO000425**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**PACIENTE : FRANCISCO ALIS CRISOSTOMO DE ALBUQUERQUE**  
**(PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus** impetrado em favor de FRANCISCO ALIS CRISOSTOMO DE ALBUQUERQUE, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva pela prática, **em tese**, do delito previsto no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, em razão da alegada ausência de fundamentação idônea para a sua segregação cautelar.

É o breve relatório.

**Decido.**

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações

atualizadas e pormenorizadas d. juízo de primeiro grau.

Após, vista dos autos à d. Procuradoria-Geral da República.

P. e I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

